

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1005000-22.2017.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Acidente de Trânsito
Requerente:	Transportes Garcia São Carlos Ltda
Requerido:	Concessionaria do Sistema Anhanguera Bandeirantes S/A Autoban

TRANSPORTES GARCIA SÃO CARLOS LTDA pediu a condenação da **CONCESSIONARIA DO SISTEMA ANHANGUERA BANDEIRANTES S/A AUTOBAN** ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados. Alegou, para tanto, que no dia 21 de maio de 2014 seu preposto trafegava pela Rodovia Anhanguera, sentido Limeira/Americana, com o seu caminhão Scania/P 114, placas GVP-7838, acoplado ao semirreboque REB/Iderol, placa JXA-3031, momento em que, ao atingir o km 140 + 340 metros veio a sofrer um acidente em razão de um defeito construtivo na pista. Por conta disso, houve a perda total do caminhão e do semirreboque.

A ré foi citada e contestou o pedido, aduzindo em preliminar a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da lide. No mérito, sustentou a impossibilidade de aplicação da teoria da responsabilidade objetiva e a culpa exclusiva do preposto da autora pelo evento ocorrido. Impugnou, ainda, o valor pleiteado a título indenizatório.

Em réplica, o autor insistiu nos termos iniciais.

Na decisão de saneamento do processo, afastou-se a preliminar arguida e deferiu-se a produção de prova documental e testemunhal.

Foram ouvidas quatro testemunhas durante a instrução processual.

Encerrada a instrução, as partes apresentaram suas alegações finais, cotejando as provas e ratificando suas teses.

É o relatório.

Fundamento e decido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O caso *sub judice* deve ser analisado sob o prisma da responsabilidade civil das pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal: *"As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa"*.

Ainda que o prejuízo suportado pela autora tenha origem em conduta omissiva da ré, a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal tem entendido que mesmo neste caso a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos responde objetivamente pela sua omissão, desde que haja o dever legal específico de agir para impedir o evento danoso. Nesse sentido: *"A jurisprudência da Corte firmou-se no sentido de que as pessoas jurídicas de direito público respondem objetivamente pelos danos que causarem a terceiros, com fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, tanto por atos comissivos quanto por atos omissivos, desde que demonstrado o nexo causal entre o dano e a omissão do Poder Público."* (ARE 897890 AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 22/09/2015).

Ademais, nas relações com seus usuários, as concessionárias de serviços rodoviários estão subordinadas à legislação consumerista, respondendo de forma objetiva por qualquer defeito na prestação do serviço, conforme prevê o art. 22, *caput* e parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.268.743/RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, j. 04/02/2014; REsp 687.799/RS, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, 4ª Turma, j. 15/10/2009; REsp 647.710-RJ, Rel. Ministro Castro Filho, 3ª Turma, j. 20.06.2006).

Dessa forma, a responsabilidade da ré somente seria excluída caso provado que o acidente ocorreu por caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, o que não é o caso, pois as provas constantes nos autos indicam que o acidente ocorreu por falha no serviço prestado pela concessionária.

Com efeito, o laudo técnico trazido pela autora indica que fatores relacionados ao veículo, ao meio ambiente e ao motorista do caminhão não tiveram influência na ocorrência do acidente, concluindo, então, que o evento danoso ocorreu exclusivamente em razão das características da pista. Apontou os seguintes problemas naquele trecho da rodovia: Inexistência de acostamento que permita saída lateral em caso de emergência; inexistência de dispositivos de controle de velocidade; existência de degrau entre a pista e a faixa lateral; inexistência de superelevação da pista em curva para dar maior segurança aos veículos de carga que trefegam pelo local; existência de declividade transversal da pista, favorecendo a ação da força centrífuga que "puxa" o veículo para fora da pista; existência de declividade transversal acentuada da faixa lateral da pista, com desnível de aproximadamente 10% entre a pista e linha de bordo; e existência de falhas no projeto geométrico da pista (fls. 57/58).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Além disso, os engenheiros responsáveis pela elaboração do laudo juntado aos autos foram ouvidos por este juízo e confirmaram que o tombamento do caminhão e do semirreboque somente ocorreu em razão dos defeitos existentes na pista.

Walter Copi assim declarou: *"Sou engenheiro civil por formação e também tenho qualificação técnica em segurança do trabalho e em análise de acidentes rodoviários. Eu e meu filho estivemos no local do acidente alguns dias após sua ocorrência. No entanto, os vestígios encontrados nos permitiram identificar com segurança o local do acidente. De fato, encontramos sinais de arrastamento de pneus, marcas de frenagem e detritos típicos do fogo produzido no caminhão. Observamos que o trecho do acidente se desenvolve em curva pronunciada à esquerda, sem faixa de acostamento. Aliás, logo antes do ponto do acidente a faixa lateral que corresponderia ao acostamento é utilizada como faixa de aceleração, pois corresponde ao ingresso em uma pedreira localizada nas imediações. Logo em seguida essa faixa se transforma em desaceleração, para acesso a um posto de combustíveis. Notamos a existência de um desnível entre 05 e 08 cm nessa faixa lateral, decorrente do recapeamento da pista. Esse desnível era irregular, apresentando-se tal qual um degrau, entre 05 e 08 cm, e se estendia por um longo trecho. Notamos, também, que a curva apresentava uma declividade para fora, tal qual designamos como se fosse uma superelevação ao contrário, de modo que por efeito dinâmico, consequência de força centrífuga, os veículos, ao fazerem a curva, ficam sujeitos à tendência de serem jogados para fora da curva e não para dentro. Essa declividade, pelo que observamos, era de aproximadamente 20 cm".* (fl. 209).

Nesse mesmo sentido é o depoimento de Douglas José Copi (fl. 208).

Ressalta-se que os depoimentos das testemunhas Carlos Wendel e Sidney da Silva (fl. 230) em nada contribuíram ao deslinde da ação, pois eles deixaram claro que desconheciam a causa principal da ocorrência do tombamento e que não tinham conhecimentos técnicos para apontar a existência ou não de algum problema construtivo da rodovia.

Por outro lado, nada nos autos indica que a causa principal do acidente tenha sido a alta velocidade empregada pelo condutor do caminhão ou a sua imprudência em retornar ao leito carroçável sem observar as cautelas necessárias. Ao contrário disso, consta no laudo que o caminhão trefegava com uma velocidade de 81 km/h no momento dos fatos, sendo certo que não se pode considerar mísero 1 km/h como velocidade excessiva suficiente a ensejar o tombamento do caminhão. Além disso, o semirreboque pendeu para fora da pista no instante em que o caminhão ainda estava na faixa de desaceleração (fl. 55), afastando-se, assim, a alegação de culpa do condutor.

Dessa forma, demonstrada a sua omissão quanto ao dever de zelar pela conservação, segurança e dirigibilidade da rodovia, fato que ocasionou o tombamento do caminhão e do semirreboque, deve a ré responder pelos prejuízos relatados na petição inicial.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Refiro precedente do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"Acidente de veículos. Ação de indenização. Pedido voltado à condenação de concessionária de rodovia à reparação de danos decorrentes de acidente ocorrido em razão da existência de defeito entre o acostamento e a pista (degrau / desnível). Sinalização insuficiente. Culpa exclusiva ou concorrente do motorista não demonstrada. Responsabilidade objetiva da concessionária, além da existência de relação de consumo. Procedência reconhecida. Recursos da ré e litisdenunciada improvidos. 1. Tratando-se de acidente de veículo causado em virtude da má conservação da rodovia, no caso, pela existência de defeito (degrau/desnível) localizado entre o acostamento e a pista, sem suficiente sinalização, configurada está a responsabilidade da concessionária pela reparação dos danos, como simples decorrência da constatação da relação de causalidade. 2. O conjunto probatório não possibilita afirmar a existência de culpa exclusiva ou concorrente da motorista, o que faz incidir a norma do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, em virtude da aplicação da teoria do risco administrativo. 3. Ademais, diante da inquestionável relação de consumo existente, na hipótese também incide a norma do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. (...)" (Apelação nº 0006594-60.2005.8.26.0291, 31ª Câmara de Direito Privado. Rel. Antônio Rigolin, j. 14/06/2016).

Houve perda total dos bens, conforme documentalmente provado e perceptível também pelas imagens do evento danoso, razão pela qual a indenização deverá corresponder à quantia de um caminhão e um semirreboque semelhantes aos envolvidos no evento. Com relação ao caminhão Scania/ P 114 será adotado como valor aquele indicado na tabela FIPE na data do acidente (R\$ 109.243,00 - fl. 60), deduzindo-se a importância obtida com sua alienação (R\$ 15.000,00 – fl. 24). Logo, fixa-se o *quantum* indenizatório em R\$ 94.243,00.

Com relação ao semirreboque Reb/Iderol, o seu valor de mercado está estimado em R\$ 30.000,00. Nada nos autos infirma a estimativa apresentada, sendo o caso, então, de acolher a quantia pleiteada. No cálculo da indenização deverá ser deduzido o valor dos salvados, a ser estimado em liquidação de sentença, ou, caso prefira a autora, poderá transferir o bem ao domínio da ré, recebendo a quantia integral fixada.

Aplica-se correção monetária desde a data do evento danoso, quando configurada a perda dos bens, para recomposição do montante da obrigação.

E incidem juros moratórios, nos termos da Súmula 54 do STJ.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para a autora a importância de R\$ 94.243,00 e R\$ 30.000,00, com correção monetária desde a data do sinistro e juros moratórios contados da época do evento danoso. Será deduzido o valor dos salvados, conforme estimativa que se fizer em liquidação de sentença, ressalvada a hipótese de a autora transferir o bem ou os salvados ao domínio da ré.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 27 de fevereiro de 2018.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**